



NOTA PÚBLICA

A FRENTE ASSOCIATIVA DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO - FRENTAS, composta pelas entidades abaixo assinadas, representativas de aproximadamente 40.000 Magistrados e Membros do Ministério Público, tendo em vista declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, na data de ontem, ao dizer que a Justiça do Trabalho não deveria existir, vem a público externar:

1 - A FRENTAS lamenta a gravidade das declarações e, ao contrário do que afirma o parlamentar, ressalta que a Magistratura do Trabalho vem atuando de forma digna no Brasil, célere e transparente há mais de 70 anos, consolidando-se como um dos pilares que sustentam a democracia brasileira;

2 - Críticas sobre o aprimoramento de todas as instituições republicanas são aceitáveis, mas não com a finalidade de desqualificá-las. As subscritoras defendem a importância do respeito e do equilíbrio entre os Poderes, devendo sempre prevalecer os mais altos interesses da Nação e o respeito nos debates entre os agentes públicos. Sem um Judiciário altivo e independente, não há democracia.

Brasília, 9 de março de 2017

Norma Angélica Cavalcanti

**Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)
Coordenadora da Frente Associativa da Magistratura e
do Ministério Público – FRENTAS**

Germano Silveira de Siqueira

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)



Roberto Carvalho Veloso

Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE)

Jayme Martins de Oliveira Neto

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Elísio Teixeira Lima Neto

Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT)

Clauro Roberto de Bortolli

Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM)

Angelo Fabiano Farias da Costa

Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)

José Robalinho Cavalcanti

Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)

Fábio Francisco Esteves

Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (AMAGIS DF)